



Balanço de Gestão Biênio 2013/2015

.....
Brasília, março de 2015

Expediente



Associação Nacional dos Defensores Públicos - ANADep
Composição da Diretoria - Biênio 2013/2015
Gestão "UNIDOS COM TODOS"

CONSELHO DIRETOR

- I - Diretor Presidente – Patrícia Kettermann (RS)
- II - Diretor Vice-Presidente – Stéfano Borges Pedroso (DF)
- III - Diretora Secretária – Gláucia Amélia Silveira Andrade (SE)
- IV - Diretora 1ª Secretária - Marialva Sena Santos (PA)
- V – Diretor 2º Secretário - Adriano Leitinho Campos (CE)
- VI - Diretor Tesoureiro – Ana Luiza Pontier de Almeida Bianchi (DF)
- VII - Diretor 1º Tesoureiro – Soraia Ramos Lima (BA)
- VIII. - Diretor 2º Tesoureiro - Adriano Jorge Campos (MA)
- IX - Diretor para Assuntos Legislativos - Antonio José Maffezoli Leite (SP)
- X - Diretor Jurídico - Arilson Pereira Malaquias (PI)
- XI – Diretor para Assuntos Institucionais - Felipe Augusto Cardoso Soledade (MG)
- XII - Diretor de Eventos - Alberto Carvalho Amaral (DF)
- XIII - Diretoria de Relações Internacionais Adjunta – André Luis Machado de Castro (RJ)*
- XIV – Diretoria Legislativa Adjunta - Murilo da Costa Machado (TO)
- XV – Diretoria Jurídica Adjunta - Rafael Morais Português de Souza (SP)
- XVI – Diretoria Acadêmica Adjunta - Adriana Fagundes Burger (RS)

COORDENAÇÕES REGIONAIS

- NORTE – Carlos Alberto Souza de Almeida (AM)
- NORDESTE – Sandra Moura de Sá (CE)
- CENTRO-OESTE – Murilo da Costa Machado (TO)
- SUL – Rafael Morais Português de Souza (SP)
- SUDESTE – Paulo Antônio Coelho dos Santos (ES)

CONSELHO CONSULTIVO

- I – Eduardo Antônio Campos Lopes (AL)
- II – Edmundo Antonio de Siqueira Campos Barros (PE)
- III – Leonardo Werneck de Carvalho (RO)
- IV – Terezinha Muniz de Souza da Cruz (RR)
- V – Francisco de Paula Leite Sobrinho (RN)
- VI – Cláudio Piansky Mascarenhas da Costa (BA)

CONSELHO FISCAL

Titulares:

- I – Lisiane Zanette Alves (RS)
- II – Celson Araújo Rodrigues (AC)
- III – Carolina Anastácio (RJ)*

Suplentes:

- IV – Maria Madalena Abrantes Silva (PB)
- V – Marta Beatriz Tedesco Zanchi (RS)
- VI – Edgar Moreira Alamar (PA)

MODIFICAÇÕES NA COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

Diretor 2º Tesoureiro
Joaquim Gonzaga de Araújo Neto (MA)

Diretora Jurídica Adjunta
Marta Beatriz Tedesco Zanchi (RS)

Coordenadora da Região Sul
Marta Beatriz Tedesco Zanchi (RS)

Coordenadora da Região Sudeste
Maria Carmen de Sá (RJ)

*Atualmente estes cargos estão vagos. Os diretores tomaram posse na Administração Superior. Neste caso, não serão empossados novos diretores para os cargos, porque a gestão atual já está no fim.

EXPEDIENTE DESTA PUBLICAÇÃO

Redação: Anne Coutinho, Karyne Graziane e Patrícia Kettermann.

Edição: Anne Coutinho

Concepção Gráfica: Bah Comunicação

Fotos e arquivos: ASCOM ANADEP e arquivo ANADEP

ESCOLA NACIONAL DOS DEFENSORES PÚBLICOS - ENADEP

Diretora-acadêmica
Adriana Fagundes Burger

Diretor Institucional
Evenin Ávila

Estrutura Administrativa

Virgínia Maria Motta da Silva
Gerente Administrativo

Ana Amélia Maia
Responsável pelo Financeiro

Rodrigo Lopes Matias
Auxiliar Financeiro

Maria Aparecida Castro de Aguiar
Auxiliar Administrativa

Anne Coutinho
Assessora de Comunicação Social (Coordenadora)

Karyne Graziane
Assessora de Comunicação Social

Índice

<i>Realização 01 - #DefensoriaSim: EC 80/2014 – Defensoria para todos</i>	<i>6</i>
<i>Realização 02 - Criação da Escola Nacional dos Defensores Públicos</i>	<i>8</i>
<i>Realização 03 - ANADEP promove o #ANADEPemMovimento</i>	<i>9</i>
<i>Realização 04 - Campanhas Institucionais</i>	<i>10</i>
<i>Realização 05 - Atuação nos estados</i>	<i>11</i>
<i>Realização 06 - XI CNDP</i>	<i>12</i>
<i>Realização 07 - Atuação Judicial</i>	<i>15</i>
<i>Realização 08 - Atividades Legislativas</i>	<i>17</i>
<i>Realização 09 - Assessoria de Aposentados</i>	<i>20</i>
<i>Realização 10 - Comissões Temáticas</i>	<i>21</i>
<i>Realização 11 - UnB e manifestações</i>	<i>22</i>
<i>Realização 12 - Internacional</i>	<i>23</i>
<i>Realização 13 - Lançamento dos livros</i>	<i>26</i>
<i>Realização 14 - Clube de vantagens ANADEP</i>	<i>27</i>
<i>Realização 15 - Reforma Estatutária</i>	<i>28</i>
<i>Realização 16 - Política de comunicação</i>	<i>29</i>

*Conquistas e realizações:
Um trabalho pelo acesso à justiça,
a garantia do “Direito a ter direitos”
e a valorização do defensor público*



Quando tomou posse, no dia 2 de abril de 2013, a presidente da ANADEP, Patrícia Kettermann, ao lado de sua diretoria, assumiu o compromisso de fortalecer a Defensoria Pública e de aprovar projetos importantes que ampliassem a presença de Defensores Públicos em todas as comarcas do país.

Em 2014, um dos fatos que marcou a história da Defensoria Pública, foi a promulgação da Emenda Constitucional 80/2014, que fixa prazo de oito anos para que a União, os estados e o Distrito Federal dotem todas as comarcas de Defensores Públicos. O texto da Emenda que reposicionou a Instituição no cenário constitucional brasileiro é proveniente da PEC Defensoria para todos (PEC 247/2013, na Câmara dos Deputados e PEC 4/2014, no Senado), que entrou em vigor no dia 5 de junho. A Proposta é de autoria dos deputados Mauro Benevides (PMDB/CE), Alessandro Molon (PT/RJ) e do deputado André Moura (PSC/CE).

Protocolada em março de 2013, a matéria teve uma tramitação recorde, especialmente devido à mobilização da diretoria da Associação Nacional, ao lado dos presidentes de Associações Estaduais e apoio de Defensores e Defensoras públicas que se deslocaram de diversos estados para acompanhar seu andamento, em Brasília.



Além da Capital Federal, a PEC foi intensamente trabalhada nos estados, pelos dirigentes das Associações Estaduais. É importante frisar que a Comissão Especial que analisava o projeto na Câmara aprovou, por unanimidade, o relatório final da Proposta. Na ocasião, o autor do relatório, o deputado Amauri Teixeira (PT/BA), destacou que a matéria foi amplamente discutida nas três audiências públicas promovidas em Brasília, Salvador (BA) e Aracaju (SE), contando com massiva participação popular, sociedade civil organizada, ONG's, Defensores Públicos estaduais e federais,

além de parlamentares. Outro ponto de destaque foi o apoio que o projeto recebeu ao longo do ano, do Ministério da Justiça e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.





REPERCUSSÃO

Em outubro de 2014, Defensores Públicos de diversos estados do país participaram, na sede da Defensoria Pública de São Paulo, de seminário para debater o novo desenho constitucional da Instituição a partir da promulgação da EC 80. Na ocasião foi criada a Comissão Permanente de Defensores Públicos, composta pela ANADEP, pela ANADEF, pelo CONDEGE e pelo Colégio Nacional de Corregedores-Gerais, para discussão da uniformização das diretrizes estabelecidas pela Emenda Constitucional nº 80/2014, cuja pauta e calendário de reuniões serão definidos pelas presidências das entidades que a compõem.

O encontro foi fruto de articulação da ANADEP pela união dos colegiados da Defensoria Pública e reuniu Defensores Públicos de diversos estados do país. Segundo a presidente da ANADEP, Patrícia Kettermann, o evento foi um momento ímpar. “Jamais, na história da Defensoria Pública do Brasil, houve um encontro entre suas lideranças associativas, institucionais e correligionárias. O seminário teve o objetivo de discutirmos em conjunto os novos rumos da Defensoria Pública a partir da EC 80 e qual o papel de cada um na sua concretização”, destaca. Para ela, a idealização da construção do debate em parceria com os representantes da administração foi um ponto positivo e estratégico.

ACOMPANHAMENTO ESPECIALIZADO

A ANADEP também encomendou parecer do advogado Pierpaolo Botini, para orientar os Defensores sobre a aplicação da EC 80, bem como para embasar e colaborar com o trabalho das instâncias administrativas da Defensoria Pública (Defensores Gerais e Corregedores), na concretização da Emenda.



“Os defensores passaram praticamente um ano inteiro na Câmara dos Deputados. A Patrícia e o Francisco Leite comandaram, mas todos eles aqui passaram. Confesso, Renan, que eu não aguentava mais. Não era só aqui, não! Quando eu chegava ao meu estado, lá estavam eles também, mobilizando o Rio Grande do Norte nessa luta. Mas, aqui, quero dar um exemplo, para todo o país entender. Foi o exemplo do que vale, para o que é, para o que existe o Poder Legislativo. Essa matéria retrata o papel insubstituível e imprescindível do Legislativo. Discutimos à exaustão, debatemos à exaustão, negociamos à exaustão. Nós a pautamos para o plenário corajosamente e a votamos conscientemente, aprovando a Defensoria Pública nos seus direitos para todo o País”; – **Henrique Eduardo Alves** (PMDB/RN), presidente da Câmara dos Deputados na época da aprovação da EC 80.

.....

Segundo o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB/AL), apenas com a garantia de acesso amplo de toda a população brasileira ao Judiciário é possível se falar em máxima efetividade da justiça social e de atendimento ao princípio da dignidade da pessoa humana. “Caso contrário, além da exclusão social que, infelizmente, ainda se verifica em nosso país, teremos também a exclusão jurídica, ambas vergonhosas, ambas execráveis. No momento em que encerro a sessão, mais uma vez, em nome de todos que compõem esta mesa e compõem as duas Casas do Congresso Nacional, dou meus sinceros parabéns aos Defensores Públicos do Brasil!”, concluiu.

.....



Às vésperas de completar 30 anos, a ANADEP deu, no dia 5 de maio de 2014, um importante passo na sua história: O lançamento da Escola Nacional dos Defensores Públicos do Brasil (ENADEP). Criada no dia 9 de abril de 2014, a Instituição visa contemplar o artigo 4º da Lei Complementar Nº 132/09, que afirma que é função institucional expressa do defensor público promover a difusão e a conscientização dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico. O foco da criação da ENADEP nesta gestão foi o de auxiliar o trabalho da categoria através da disponibilização de produções acadêmicas voltadas para a Defensoria e sobre assuntos do seu interesse e também o de promover o debate e o aprofundamento sobre questões estratégicas que se refletem diretamente na qualidade e efetividade da prestação do serviço.

Outro ponto de destaque é que em dez meses de funcionamento a ENADEP já é referência a nível nacional. Defensores de todo o país e profissionais de outras áreas parabenizam a iniciativa e destacam o trabalho que a Instituição tem realizado durante os eventos.



30 anos de trabalho em prol da valorização do Defensor: Para comemorar os 30 anos da ANADEP, celebrados no dia 3 de julho de 2014, a diretoria da Associação desenvolveu um calendário marcando a evolução da Entidade que representa os Defensores Públicos brasileiros, o fortalecimento da Defensoria Pública, a luta pelo acesso à justiça e a promoção dos direitos humanos. Em sessão especial realizada, no dia 5 de agosto de 2014, no auditório Freitas Nobre da Câmara dos Deputados, a ANADEP registrou a

passagem de seu 30º aniversário com uma série de homenagens prestadas a parlamentares que foram fundamentais para a aprovação da PEC Defensoria para todos no Legislativo Nacional – hoje Emenda Constitucional 80. Além disso, lançou a nova identidade visual da Entidade.



No segundo semestre de 2014 também foi lançado o projeto #ANADEPemMovimento, que teve por objetivo integrar e proporcionar a discussão em torno dos principais temas afetos ao fortalecimento da Defensoria e também de oportunizar a integração dos Defensores Públicos de todas as regiões do país por meio de debates no âmbito da ENADEP. A ideia foi descentralizar as atividades da Associação Nacional e também democratizar o conhecimento técnico-jurídico da Instituição. Ao todo foram oito encontros realizados em dez meses: Paraíba (agosto), Tocantins (setembro), Rondônia (setembro), Santa Catarina (outubro), Maranhão (novembro), Rio de Janeiro (dezembro), São Paulo (janeiro 2015) e Porto Alegre (março de 2015).

O cronograma contou com seminários da ENADEP, Assembleias-gerais itinerantes da Entidade e reuniões de coordenadores das comissões especiais temáticas. O calendário foi composto também por congressos estaduais e prêmios de jornalismo.

É importante frisar que um dos objetivos da ENADEP foi o de democratizar o conhecimento por meio de encontros itinerantes em todo o país, além de disponibilizar as palestras, livros e relatórios na internet.

#ANADEPemMovimento



DEFENSOR PÚBLICO. *Transformando a causa de um no benefício de todos.*



Um dos compromissos da atual gestão foi com a valorização das Defensoras e Defensores Públicos e com o esclarecimento à sociedade acerca do seu papel e importância.

Campanha Permanente: Uma das grandes iniciativas da ANADEP em 2013, foi a Campanha Institucional “Defensor Público: transformando a causa de um no benefício de todos”, que teve por objetivo destacar e valorizar os feitos das Defensoras e Defensores Públicos, ou seja, mostrar o trabalho da Defensoria Pública nas mais diversas áreas de atuação, bem como a sua importância e os resultados positivos que traz à sociedade. Entre os temas que foram abordados neste momento estão a paternidade responsável, acesso a medicamentos e garantia de vagas especiais a pessoas com deficiência.

O lançamento foi durante mutirão na Estação Rodoviária de Brasília, no dia 6 de agosto de 2013, onde, além de prestar atendimento à população e informações sobre a Defensoria, a ANADEP pretendeu registrar a insatisfação com o tratamento conferido pelo Executivo Federal à época. Ao longo do ano, a entidade, em parceria com as Associações Estaduais e Defensorias Públicas, trabalhou a Campanha por meio de atividades e mutirões em datas comemorativas estrategicamente definidas para uma melhor comunicação com a sociedade: 7 de setembro, 11 de outubro, 15 de novembro e 10 de dezembro (durante as comemorações do Dia Internacional dos Direitos Humanos).



Campanha Nacional 2014: O sucesso da campanha permanente foi tão grande entre a categoria, que durante o XI CNDP, que ocorreu em Vitória, os Defensores votaram que o tema deveria continuar a ser trabalhado nacionalmente.



Já em maio de 2014, mês alusivo ao defensor público, foi oficialmente lançada a segunda fase da Campanha Nacional "Defensor Público: Transformando a causa de um no benefício de todos". O lançamento nacional foi promovido pela ANADEP em parceria com a Defensoria Pública e Associação Paulista de Defensores Públicos (APADEP), ocorrendo em São Paulo. Na ocasião, foram realizados 200 atendimentos. O destaque principal foi o trabalho do defensor público na garantia dos direitos dos idosos. A Campanha Nacional contemplou ainda outros 12 eixos: saúde, moradia popular, família, direito LGBTT, direito ambiental, atuação criminal, infância e juventude, educação em direitos, tutelas coletivas, violência doméstica, atendimento à população em situação de rua e atuação extrajudicial.



Pela primeira vez, a Rádio Justiça foi parceira na divulgação da Campanha Nacional, veiculando o spot gratuitamente nos intervalos da programação da rádio



Pelo Direito de Recomeçar: Já em 2013, a ANADEP, em parceria com as Associações e Defensorias Públicas estaduais, trabalhou em todo o país a Campanha "Defensores Públicos pelo Direito de Recomeçar", com o objetivo de divulgar a necessidade da criação de mecanismos de reinserção social para pessoas privadas de liberdade, tendo como princípio a educação e geração de emprego ainda durante o cumprimento da pena. O lançamento oficial da Campanha ocorreu em Porto Alegre/RS, com um desfile de moda na Penitenciária Feminina Madre Pelletier. Além disso, Associações Estaduais e Defensorias Públicas participaram efetivamente da iniciativa por meio de atendimentos à população, atividades e palestras dentro e fora dos presídios, atuações inseridas no mutirão Ação Global, entre outras.





Santa Catarina: Todos os encontros e reuniões tiveram como objetivos realizar levantamento sobre o funcionamento da Instituição com base na CF 88 e na LC 80/94, garantir sua correta implantação, debater e buscar soluções efetivas para os principais pleitos de interesse dos Defensores Públicos catarinenses. Entre eles, a criação e o fortalecimento da própria Associação local e garantir a autonomia da Defensoria Pública. Com base na ADI 4270, que impediu a manutenção de convênio entre o Governo do estado e a OAB para a prestação de serviços de advocacia dativa e determinou a implantação da Defensoria Pública nos moldes exigidos pela Constituição Federal, a ANADEP esteve presente no estado para impedir a retomada de convênios neste sentido e ingressou com novas medidas judiciais. Acompanhou a posse dos novos Defensores Públicos e trabalhou pela nomeação de mais agentes. Além disso, realizou reuniões com o Conselho Federal da OAB e com a Seccional SC, com representantes do

Poder Executivo do Estado, esteve presente na Assembleia Legislativa trabalhando por projetos de lei, além de publicar diversos artigos na grande imprensa e notas de repúdio sobre as violações ao formato constitucional e legal da Defensoria naquele estado.



Paraná: A ANADEP esteve presente no estado acompanhando e apoiando as demandas dos Defensores Públicos locais, inclusive às referentes à criação e fortalecimento da Associação local. Após um período inicial de crescimento Institucional reconhecido nacionalmente, a Instituição passou a sofrer ataques em suas prerrogativas e teve negada sua autonomia e iniciativa legislativa pelo governo local, razão que determinou o ingresso das ADIs 5217 e 5218, ambas com deferimento de medidas liminares a favor da Defensoria Pública do Paraná. Além disso, por votação realizada na AGE ocorrida no Congresso Nacional de Vitória, Curitiba foi escolhida como a sede do novo Congresso, que ocorrerá em novembro de 2015. A diretoria do biênio 2013/2015 e a Associação local deixaram finalizado o projeto para a realização do maior evento nacional dos Defensores Públicos, e sua execução em pleno andamento, com contratação



do local onde ele se realizará (bem como daquele onde haverá a confraternização final), convite a palestrantes e pedidos de patrocínio encaminhados do XII Congresso Nacional dos Defensores Públicos, que terá como tema "Defensoria como Metagarantia: transformando promessas constitucionais em efetividade."





Goiás: Foi o primeiro estado da Federação a ser visitado pela Diretoria 13/15. Em seus primeiros dias de mandato, a presidente Patrícia Kettermann esteve no local em reuniões com o Defensor Público-Geral e concursandos, bem como com a juíza então responsável pelo processo onde havia sido determinada a suspensão do I Concurso Público. Desde então, o acompanhamento das questões de interesse da Instituição tem sido constante. No início de 2015, o vice-presidente, Stéfano Pedroso, participou da solenidade de posse dos 12 novos Defensores Públicos aprovados no primeiro concurso para a Defensoria de Goiás, nomeados no dia 8 de janeiro. A cerimônia marcou a consolidação da Instituição no estado, após anos de luta e articulações junto ao governo para sua correta implantação. Desde o início da criação da defensoria goiana, a Entidade acompanhou de perto todo o processo. Agora, a ANADEP, que apoiou a criação da Associação local, tem respaldado sua luta pelo seu fortalecimento e vinculação breve à Associação Nacional, bem como pela nomeação e posse dos aprovados no II Concurso para o Cargo de Defensor Público (que participaram da AGE realizada em janeiro de 2015 em São Paulo e apresentaram seus pleitos aos representantes associativos e colegas de todo o Brasil). Pedroso, foi um dos principais articuladores dessa pauta, participando de diversas reuniões em Goiás com representantes da Defensoria Pública, dos Poderes Executivo e Judiciário, além dos próprios concursandos e agora Defensores Públicos.

Amapá: Por ainda não haver Defensoria Pública instalada, a ANADEP esteve presente neste estado buscando articular sua criação com a

máxima urgência, tendo em vista a inquestionável omissão inconstitucional. Participou de reuniões com representantes do serviço de assistência judiciária gratuita local, formado por advogados comissionados, e contou com a presença, em AGE realizada na Associação Nacional, do coordenador do serviço, sem que, no entanto, as tratativas tenham sido exitosas. Por esta razão, a ANADEP ingressou com a ADI junto ao STF.

Acompanhamento: A ANADEP também atuou lado a lado dos dirigentes de outros estados para acompanhar de perto os pleitos dos Defensores como: Acre, Minas Gerais e Paraíba. A Entidade também lutou e defendeu as prerrogativas dos Defensores nos demais estados, demonstrando preocupação com as questões locais, ingressando com ADIS e ADPFs, sempre que necessário, além de emitir notas de repúdio quando há violações e notas de apoio em pleitos. Além disso, a ANADEP ofereceu suporte técnico-jurídico e estratégico às Associações locais para pleitos com repercussão nacional, buscando efetividade e rapidez na obtenção dos resultados, em mais um exemplo de ação articulada nacionalmente de forma estratégica, que marcou o mandato que se encerra.

Comissão Nacional da Defensoria Pública: Desde que foi instalada, em 2013, a ANADEP participa ativamente das discussões da Comissão Nacional da Defensoria Pública. O grupo criado no âmbito da Secretaria da Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça (SRJ/MJ) é integrado também por membros do Condege, ANADEF e DPU. Entre os principais temas debatidos pela Comissão estão pautas que visam o fortalecimento da Defensoria Pública como: o Conselho Nacional da Defensoria Pública; a criação do Fundo Nacional da Defensoria Pública; O PLC 24, dos depósitos judiciais, Código de Ética, entre outros.



PLP 114: Durante os encontros, a ANADEP disponibilizou dados técnicos para demonstrar que os argumentos da presidente Dilma Rousseff para vetar o PLP 114 estavam equivocados.

CNDP: A ANADEP democratizou as discussões sobre o Conselho Nacional da Defensoria Pública, onde o texto enviado pela Entidade ao MJ foi construído a partir das sugestões remetidas por Defensores de todo o país, com ênfase no tratamento simétrico

entre os atores públicos do Sistema de Justiça e na participação efetiva da sociedade civil. Agora, a Associação estuda estratégias em conjunto com CONDEGE, ANADEF e DPU para sua tramitação no Congresso Nacional.

CAMPANHA REMUNERATÓRIA: SIMETRIA E UNIFICAÇÃO

- Mapeamento da remuneração percebida pelos Defensores Públicos em todos os estados da Federação e realização de estudo comparativo entre elas, com a inclusão de parcelas autônomas para fins de identificação de distorções e da necessidade de atuação da Associação Nacional;

- Identificação do Nordeste como a Região com piores índices remuneratórios e apoio ao estado da Paraíba, com a menor remuneração do país, através de realização de evento nacional no estado, manifestações na imprensa, participação de programas televisivos locais e ingresso de ações judiciais junto ao STF.

- Política nacional de apoio às instâncias administrativas superiores da Defensoria Pública, para o pleno exercício da autonomia Institucional e para a obtenção de remuneração simétrica às demais carreiras públicas do Sistema de Justiça, notadamente a Magistratura e Ministério Público: a ANADEP contratou a elaboração de pareceres e realizou pedidos administrativos nacionais com estas finalidades;

- Atuação nacional articulada estrategicamente entre a ANADEP e todas as Associações estaduais, na busca de melhorias remuneratórias e de unificação de procedimentos administrativos em todo o Brasil.



Mais de 800 profissionais das mais diversas regiões do país participaram do XI Congresso Nacional de Defensores Públicos, que foi promovido de 13 a 16 de novembro de 2013, em Vitória (ES). Antes da abertura oficial do Congresso, foram promovidas reuniões setoriais, oficinas e painéis com Defensores Públicos para aprofundar ainda mais os debates em torno do tema central – A Defensoria Pública e seus novos desafios. Um dos destaques foi para a solenidade de abertura, que contou com a presença de autoridades estaduais e nacionais e também muita emoção com as homenagens à defensora constituinte Suely Pletz Neder e ao ex-presidente da ANADEP, André Castro, por sua excelência no desenvolvimento das atividades e serviços prestados à classe.

A ANADEP, em parceria com a Associação dos Defensores Públicos do Estado do Espírito Santo (ADEPES) também preocupou-se em convidar Defensores Públicos e especialistas renomados para o XI CNDP, com o objetivo de debater com toda a categoria o futuro da Defensoria Pública e os caminhos para o seu fortalecimento e crescimento a nível nacional. Além disso, as palestras contribuíram para discutir também o papel do defensor público como agente de transformação social e garantidor da defesa dos direitos humanos.

O Congresso contou ainda com um espaço especial dedicado ao lançamento de obras produzidas por painelistas e colegas de diversos estados, além do concurso de teses e práticas, ponto alto do XI CNDP que movimentou as manhãs no Centro de Convenções de Vitória.





Com o objetivo de aprimorar a estrutura normativa que trata da Defensoria Pública e também de valorizar as condições de trabalho do defensor público, tratamento paritário com as demais carreiras jurídicas de Estado, bem como o respeito ao desenho constitucional da própria Defensoria Pública, a ANADEP trabalhou intensamente no Supremo Tribunal Federal (STF) para garantir as principais prerrogativas da categoria, além de apoio integral às questões regionais por meio dos pleitos das Associações Estaduais dos Defensores Públicos.

Os dirigentes da Entidade reuniram-se repetidas vezes com os ministros do Supremo Tribunal Federal para tratar de pautas de interesse da Defensoria Pública e/ou que tenham ligação com a Instituição.

Durante sua gestão, Patrícia, acompanhada de presidentes das Associações Estaduais, reuniu-se com o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes, que é relator da ADI 4636, proposta pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A ação contesta dois dispositivos da Lei

Orgânica da Defensoria Pública (LC 132/2009), como a capacidade postulatória da Instituição e o atendimento às pessoas jurídicas.



Já o vice-presidente, Stéfano Pedroso, reuniu-se com a ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) e presidente na época do TSE, Ministra Carmén Lúcia, para tratar sobre questões relacionadas à Defensoria Pública. Na pauta do encontro a ADI 3943, que questiona a legitimidade da Defensoria para propor Ação Civil Pública e também a alteração da Resolução 21.538/2003-TSE, que trata sobre o acesso ao cadastro eleitoral. A ANADEP solicitou que os Defensores Públicos estaduais tenham acesso ao cadastro de eleitores. A medida permitirá mais agilidade na busca e localização dos dados de usuários da Defensoria. A ministra se comprometeu em analisar o pedido e afirmou que tais assuntos terão prioridade máxima. Outra determinação favorável foi o pedido de ingresso como amicus curiae da Entidade na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4363, que solicita o aproveitamento de advogados da Funap nos quadros na Defensoria Pública paulista. A ANADEP

sustentou que, representando profissionais da Defensoria Pública de 23 estados, agrega informações sobre a atuação da Instituição em todo o território nacional, o que a capacita para oferecer dados que colaborem com a presente discussão.

A atuação da ANADEP no campo jurídico também ficou em evidência em 2014: em relação à ADIN sobre o orçamento da Defensoria Pública do Acre e da Paraíba; sobre a escolha de advogado como defensor público-geral em SC; proposta de ADIN contra limites da Lei de Planejamento Familiar; entre outras.

Ainda reuniu-se repetidas vezes com a OAB para tratar sobre temas do interesse nacional, como advocacia pro bono, instauração de procedimentos administrativos disciplinares contra Defensores Públicos e sobre a desvinculação dos Defensores de seus quadros.

Também entre os assuntos jurídicos desta gestão figurou a contratação de escritório para acompanhar as ações judiciais que envolvam discussões coletivas entre a OAB e os Defensores Públicos.



Nesta gestão a ANADEP pintou de verde os corredores do Congresso Nacional. Os membros da diretoria e representantes das Associações Estaduais percorreram gabinetes do Senado e da Câmara para conversar com deputados e senadores sobre os principais pleitos da Defensoria Pública. Durante estes dois anos, acompanhou de perto as principais sessões em plenário, as reuniões do Colégio de líderes e reuniões estratégicas para *pautar projetos de interesse da Instituição relacionados à valorização de defensor público, do acesso à justiça, dos direitos humanos e da garantia do direito a ter direitos.*

Esta forma de atuação estrategicamente intensa, garantiu a aprovação em tempo recorde da EC 80/14 (mesmo com a postura ativamente contrária do Governo Federal), bem como o sucesso de pleitos fundamentais como o novo CPC, dentre outros projetos de lei fundamentais para a Defensoria e para os usuários dos seus serviços.

Um dia após as comemorações do Dia Nacional do Defensor Público e lançamento da Campanha Nacional 2014, os Defensores Públicos foram homenageados durante sessão solene na Câmara dos Deputados. A ANADEP participou da articulação da homenagem que foi organizada pelos deputados André Moura (PSC/SE), Alessandro Molon (PT/RJ) e Antônia Lúcia (PSC/AC). A solenidade, que durou cerca de 3h, foi marcada por manifestações



de apoio para o crescimento e fortalecimento da Defensoria. Parlamentares utilizaram a tribuna para exaltar o trabalho dos Defensores Públicos e sua relevância para o acesso à justiça.



2015: A senadora Ana Amélia (PP/RS) apresentou no dia 23 de fevereiro requerimento para a realização de sessão especial no dia 18 de maio de 2015 para comemorar o Dia Nacional da Defensoria Pública – tradicionalmente comemorado em 19 de maio. Além dessa, assinaram o documento os senadores Álvaro Dias (PSDB/PR), Gleisi Hoffmann (PT/PR), João Capiberibe (PSB/AP), José Medeiros (PPS/MT) e Paulo Paim (PT/RS). O requerimento precisa da aprovação do presidente do Senado, senador Renan Calheiros (PMDB/AL), para ser oficializado e agendado.

Foi marcado também para sexta-feira, 22 de maio, às 15 horas, sessão solene em homenagem ao Dia Nacional da Defensoria Pública. A sessão foi requerida pelos deputados Alessandro Molon (PT/RJ) e Valtenir Pereira (PROS/MT) e ocorrerá no Plenário da Câmara dos Deputados. Além de ser um momento especial, a solenidade é também

um espaço que a ANADEP mostra o trabalho feito pelos Defensores em todo o país e para destacar a necessidade de investimentos na Instituição por meio de projetos importantes que tramitam na Casa.

#DefensoriaSim: Dando continuidade do trabalho desenvolvido pela Diretoria anterior da ANADEP pela inclusão da Defensoria Pública na Lei de Responsabilidade Fiscal, a gestão 2013/2015 executou um grande trabalho de articulação nacional para coleta de assinaturas de parlamentares postulando a análise, pelo Congresso Nacional, do veto oposto pela Presidenta Dilma Rousseff ao PLP 114. Foram coletadas mais de 400 assinaturas protocoladas na Presidência do Senado Federal em dezembro de 2014. O pedido pende de análise por seu presidente. Paralelamente, a ANADEP realizou várias reuniões com o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, com o Secretário de Reforma do Judiciário, Flávio Caetano, com o Secretário de Assuntos Legislativos do MJ, Marivaldo Pereira, com o Advogado-Geral da União, Luís Inácio Adams, com o Secretário Nacional da Fazenda, Arno Augustin, bem como com inúmeros técnicos do Governo



Federal, para sensibilizá-los ao apoio a este pleito que é fundamental para a garantia efetiva do acesso à Justiça no Brasil. As tratativas estão em andamento e incluem reunião com o ex-presidente Lula em janeiro de 2015.

Articulação: A presidente da ANADEP, Patrícia Kettermann e a presidente da Associação dos Defensores Públicos do Paraná (ADEPAR), Thaísa Oliveira, foram recebidas pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva na sede do Instituto Lula, na capital paulista, em janeiro de 2015. O objetivo do encontro foi tratar de pautas políticas do interesse dos Defensores Públicos.



CPC e Defensoria Pública: A ANADEP acompanhou todo o trâmite legislativo do projeto que se transformou no novo Código de Processo Civil brasileiro. A partir de suas sugestões, foram incluídos no texto um título específico e aproximadamente 58 referências expressas e individualizadas à Instituição, que vem tratada como a Instituição de estado permanente, independente e autônoma que é, absolutamente diferenciada de outros atores do Sistema de Justiça como os advogados privados e públicos. A EC 80/14, somada ao texto do novo CPC, ambos, fruto de intenso trabalho da ANADEP em conjunto com todas as Associações locais, finalizam o mandato desta Diretoria com um novo desenho da Defensoria Pública no cenário jurídico nacional, fortalecendo sua autonomia e independência.



O novo código foi sancionado no dia 16 de março de 2015, durante cerimônia no Palácio do Planalto. Na solenidade, o deputado Paulo Teixeira - relator do novo CPC na Câmara dos Deputados - fez um agradecimento público à ANADEP pelo trabalho desenvolvido durante a tramitação da proposta. Ele citou a presidente Patrícia Kettermann e o defensor público José Augusto Garcia, que participou da Comissão de Juristas que assessorou o deputado Paulo Teixeira na elaboração do relatório.

Audiência de Custódia: Uma matéria que vem sendo discutida até o momento é o PLS 554/2011, de autoria do senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), e que prevê a obrigatoriedade da apresentação do réu preso em juízo no prazo de 24 horas. Esta apresentação, denominada audiência de custódia, servirá para o controle da legalidade da prisão provisória e também para a verificação e o combate a maus tratos e tortura. Para aprofundar os debates sobre o tema, a ANADEP se reuniu, em setembro de 2014, na sede da Associação dos Defensores Públicos do Rio de Janeiro (ADPERJ), alinhando articulações para a aprovação da matéria. Em outubro do mesmo ano, a ANADEP, em parceria com a ENADEP e a ADPERJ, promoveu o painel "A Urgência da Audiência de Custódia no Processo Penal Brasileiro - PL 554/2011 e estratégias de atuação em nível nacional" para discutir o referido projeto de lei e elaborar uma atuação nacional sobre o tema.



Revista Vexatória: A ANADEP tem acompanhado de perto a tramitação do PL 7764/2014, que proíbe a realização de "revistas vexatórias" nos presídios brasileiros. A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados aprovou por unanimidade o texto, que agora aguarda a

aprovação da Comissão de Segurança Pública e, depois, de Constituição e Justiça.

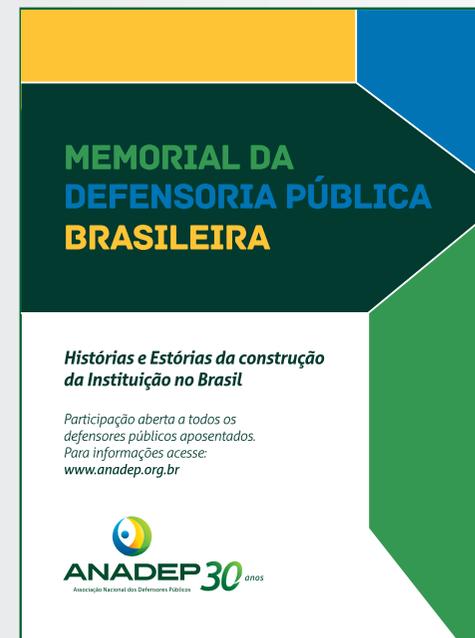
Outras: Até o final desse ano legislativo, a diretoria da Entidade participou também de audiências no Congresso Nacional que trataram de projetos ligados diretamente à Defensoria Pública e ao acesso à justiça como a Manifestação no PL 7663/10 - Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas; o PL 1889/11 que altera dispositivos do Código de Processo Penal, para dispor sobre a apreensão, arrecadação e destinação de bens do acusado; a PEC 457/2005, que trata da aposentadoria compulsória. Outra pauta debatida durante as atividades legislativas foi o PL 2432/2011 que trata sobre o porte de arma de fogo aos integrantes da Defensoria Pública e a lei 1060/50, que estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados.

A Comissão Técnica da ANADEP formada para discutir e avaliar a proposta do Novo Código Penal também reuniu-se diversas vezes para tratar do assunto. Os trabalhos contam com defensores públicos de todo o país.

Uma das primeiras ações de 2014 foi a criação da Assessoria de Aposentados da ANADEP. A criação do grupo foi uma das deliberações do XI CNDP, que ocorreu em novembro de 2013, no Espírito Santo, e também era uma proposta de campanha desta gestão. O primeiro encontro ocorreu no mês de maio, em Brasília. Já nos primeiros meses de atividade, a Assessoria coordenada pela defensora gaúcha Genice Selaimen da Silva, e composta ainda pelos Defensores Carmecy Rodrigues de Abrantes (PB), Raul Fernando Portugal Filho (RJ), Israel Albuquerque Batista (PA), Maria de Lourdes Ribeiro (RS) e Dorival Lourenço da Cunha (DF), lançou um projeto ambicioso: a produção do livro Memorial da



Defensoria Pública Brasileira. Sob o tema “Histórias e Estórias da construção da Instituição no Brasil”, a publicação foi redigida pelos próprios aposentados, relatando seu trabalho em prol da Instituição. O projeto, lançado ao lado das demais atividades que celebram o 30º aniversário da Associação Nacional, é coordenado pelos membros do Departamento, e a obra, que será disponibilizada inicialmente em e-book, tem orientação editorial da coordenadora de Comunicação da ANADEP, Anne Coutinho. O grupo já promoveu diversas atividades itinerantes reunindo-se ainda na Paraíba e também no Rio de Janeiro.



Foram criadas 10 Comissões Temáticas com a finalidade de identificação e debate estratégico sobre os principais temas afetos à Defensoria Pública, ao exercício das funções, bem como sobre temas do interesse dos usuários dos nossos serviços.

Em maio de 2014 houve o primeiro encontro das Comissões que têm como objetivo comum a troca de informações, experiências e funcionarão como um estímulo ao debate com foco no atendimento a grupos vulneráveis, que tratarão de: Direito Previdenciário, Criança e Adolescente, Mulheres, Diversidade Sexual, Idosos, Transporte Público e Mobilidade, Saúde e Assistência Social, População em Situação de Rua e Direito do Consumidor, entre outras. Em agosto, durante o I Seminário da ANADEP, Defensores Públicos de 20 estados participaram das atividades das comissões temáticas promovidas na Paraíba. Houve encontros também em Santa Catarina, em outubro de 2014, e em São Paulo, em janeiro de 2015.



As comissões temáticas surgiram também para oferecer subsídios teóricos e práticos para a atuação dos Defensores bem como para mapear e monitorar sugestão de projetos de lei. Um exemplo: Foi protocolado em fevereiro, na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei 404/2015. De autoria da deputada Luiza Erundina (PSB/SP), o projeto acrescenta artigos à Lei 12.594 de 18 de Janeiro de 2012 do Sistema de Atendimento Socioeducativo (Sinase), que regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. O PL 404/2015 dispõe



sobre a revista pessoal de visitante a adolescentes internados. A proposta visa extinguir a revista vexatória realizada atualmente e defende que a inspeção seja realizada unicamente por uso de aparelhos como raio-x. A diretora jurídica adjunta da ANADEP, Marta Beatriz Tedesco Zanchi, cumpriu intensa atividade legislativa para falar sobre a importância do projeto. Na ocasião, entregou dados técnicos aos parlamentares sobre o assunto. O documento entregue foi elaborado no âmbito da Comissão Especial da Infância e Juventude, que também é coordenado por Marta Zanchi.



Com a realização da Copa do Mundo no Brasil, a ANADEP, em parceria com o Fórum Justiça, promoveu, em abril de 2014, na Universidade de Brasília (UnB), AGE para discutir a garantia de direitos nas manifestações populares. Representantes de movimentos da sociedade civil reforçaram a importância da presença de Defensores nos atos públicos. Manifestaram-se, ainda, no sentido de que é necessária a busca de soluções coletivas, reconhecendo o número reduzido de agentes no país e a estrutura deficitária da Defensoria no Brasil. O encontro contou com a presença de Defensores de diversas regiões do país, representantes do Governo Federal, Judiciário, Ministério Público Federal e organizações voltadas à garantia dos direitos humanos. Além de um conjunto de propostas institucionais, os Defensores definiram medidas associativas que buscam a proteção



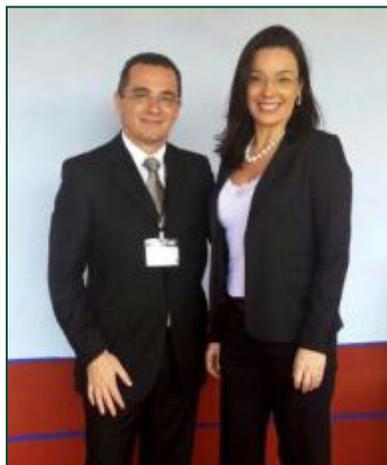
e o resguardo dos profissionais que atuassem nos protestos. Também ficou definido que, além da ANADEP, as Associações Estaduais deveriam se inserir na estratégia definida, buscando uma aproximação com os movimentos sociais nas suas regiões.

Como decorrência deste trabalho, em mai de 2014 a ANADEP divulgou a cartilha “Manifestações: confira os seus direitos”. De forma direta e concisa, a publicação buscou explicar o papel da Instituição e, por meio de 12 itens, esclarece aos cidadãos seus direitos e deveres durante os atos. Os tópicos foram selecionados em conjunto com o Fórum Justiça, sendo o documento construído com base em duas publicações: da Defensoria Pública do Espírito Santo e da Defensoria do Distrito Federal, produzida em parceria com a ADEP-DF. Nas duas regiões houve atuação de Defensores nas manifestações de junho de 2013. Ambas as cartilhas foram sugeridas pelos presidentes de Associações Estaduais. Ainda sobre o assunto, a Associação Nacional, durante assembléia geral, discutiu sobre o projeto de lei 499/2013, que tipifica o crime de terrorismo no Brasil – criminalizando a livre manifestação. Foi também criada uma comissão especial para acompanhar a repercussão do tema e dar apoio às manifestações populares em todo o território nacional.



A atuação internacional da ANADEP também foi destaque durante toda esta gestão em fóruns internacionais relacionados diretamente com o desenvolvimento e fortalecimento da Defensoria Pública. A Entidade participou de eventos da Associação Interamericana de Defensoria Pública (AIDEP), da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da Organização das Nações Unidas (ONU). Esteve presente nas discussões acerca dos Guias para a Defensoria Pública na Proteção Integral das Pessoas Privadas de Liberdade, no acompanhamento da agenda do BLODEPM e na reunião Especializada dos Defensores Públicos do Mercosul (REDPO).

DPI'S: A ANADEP também foi responsável, ao lado do CONDEGE, pela seleção de Defensores Públicos para o cargo de Defensor Público Interamericano (DPI) que representam e exercem a defesa legal de vítimas perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).



OEA e Resolução sobre fortalecimento da Defensoria: A Entidade em trabalho conjunto com a AIDEP também integrou os grupos de discussão e articulou a redação das últimas resoluções da OEA sobre o fortalecimento da Defensoria Pública:

- AG/RES. 2801 (XLIII-O/13): "Para a autonomia da Defensoria Pública como garantia de acesso à justiça"
- AG/RES. 2821 ((XLIV-O/14): "Rumo à autonomia e ao fortalecimento da Defensoria Pública Oficial para garantir o acesso à justiça"
- AG/RES. (/15):



Forum Mundial de Direitos Humanos: Em 2013, a ANADEP participou do Fórum Mundial de Direitos Humanos (FMDH), que foi promovido em Brasília, no Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB). Entre as atividades apresentadas pela Entidade, estiveram: palestra dos Defensores Évenin Ávila, do Distrito Federal; Adriano Leitinho, diretor segundo secretário da ANADEP; e painel o "O papel da Defensoria na promoção dos Direitos Humanos" com a participação dos Defensores Públicos, Carlos Weis, Rafael Rodrigues da Silva Pinheiro Machado (RS), Antonio Maffezoli (SP); Sérgio Domingos (DF) e Rivana Barreto Ricarte de Oliveira (AC). Além do lançamento de obras assinadas por Defensores Públicos; exposição fotográfica sobre as Campanhas desenvolvidas durante a Semana Nacional da Defensoria Pública (maio), além de outras iniciativas encampadas pela Associação. Além disso, a Associação também montou um estande, onde, além de cartilhas das principais campanhas desenvolvidas pela Associação, foram disponibilizados folders explicativos sobre o

trabalho da Defensoria Pública. O objetivo do Fórum foi promover um espaço de debate público sobre direitos humanos no mundo, em que sejam tratados seus principais avanços e desafios, com foco no respeito às diferenças, na participação social, na redução das desigualdades e no enfrentamento às violações de direitos humanos. A ideia da participação da ANADEP no evento foi reunir a categoria em torno da temática dos Direitos Humanos, além de disseminar a atuação dos Defensores Públicos nesta área e também de se aproximar da sociedade civil e dos movimentos sociais.

Congresso AIDEF: A ANADEP participou do Congresso da Associação Interamericana de Defensorias Públicas (AIDEF), promovido na República Dominicana, em 2014, ocasião em que foi eleita a nova diretoria da AIDEF para o biênio 2014/2016. Além de integrar o Conselho Diretivo da AIDEF (composto por todo os seus membros), a ANADEP foi eleita para o Comitê Executivo, na função de I Vogal.



Presídio Central: Outro destaque durante este período foi a entrega, pela Associação Nacional e pela ADPERGS, da carta do Fórum da Questão Penitenciária à CIDH. O documento falava sobre a situação do Presídio Central em Porto Alegre.

África do Sul: A cidade de Johannesburgo, na África do Sul, recebeu, em 2014, a primeira Conferência Internacional sobre o Acesso à Assistência Jurídica em Sistemas de Justiça Penal. O evento, que contou com a presença de mais de 250 participantes de 67 países, teve por objetivo discutir o acesso à justiça para pessoas em situação de vulnerabilidade social e apresentar soluções para estes casos sob os princípios e diretrizes da ONU. O Ex-presidente e atual diretor de Assuntos Internacionais da ANADEP, André Castro, representou o Brasil no evento.

OEA e sessão especial: Encerrando as atividades desta gestão, em um momento muito especial, a presidente da ANADEP, Patrícia Kettermann, falou, no dia 17 de março, durante Sessão Especial

na Organização dos Estados Americanos (OEA). Com o título, "O Fortalecimento da Autonomia da Defensoria Pública Brasileira a partir das Resoluções da OEA sobre o tema: A Experiência associativa sob os pontos de vista político e jurídico", Patrícia destacou o trabalho promovido pela ANADEP e Associações Estaduais na efetivação da autonomia da Defensoria Pública. A dirigente ressaltou o trabalho estratégico para o fortalecimento da Instituição através da implementação das resoluções. Patrícia citou a Emenda Constitucional 45/2004 e a recente promulgada EC 80/2014, que redefiniu o desenho constitucional da Defensoria Pública. Ainda, segundo ela, a iniciativa de lei é um instrumento eficaz para a efetivação da autonomia. A Sessão foi acompanhada por representantes de diversos países-membros da Associação Interamericana de Defensorias Públicas (AIDEF). Ao lado da dirigente estavam o diretor do departamento de Direito Internacional da OEA, Dante Negro, o presidente da Comissão para Assuntos Políticos e Jurídicos da OEA, Stephen C. Vasciannie, e a coordenadora-geral da AIDEF, Noyme Yore Ismael, além de representantes da sociedade civil, instituições públicas e de assistência jurídica.



Articulações: Dando continuidade às agendas em Washington (EUA), a presidente da ANADEP, Patrícia Kettermann, e a diretora jurídica adjunta, Marta Zanchi, reuniram-se com a diretora do Departamento de Segurança Pública da Organização dos Estados Americanos (OEA), Paulina Duarte. O encontro também contou com a participação da presidente do Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais (Condege), Andrea Coelho e do defensor público-geral do Pará, Luís Carlos Portela. Entre os temas abordados na reunião destaca-se a solicitação de apoio da OEA e do Ministério da Justiça, no âmbito da Secretaria da Reforma do Judiciário, para a otimização das questões que envolvem a Defensoria e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).



As dirigentes da ANADEP também reuniram-se com o representante interino do Brasil junto à OEA, Flavio Antonio da Silva Dontal, e Cristian Gabriel Taboada, também do Departamento de Segurança, para tratar do tema. Ao longo da semana, a ANADEP reuniu-se com diversas autoridades para falar sobre as principais representações e pleitos que envolvem os defensores públicos e sobre demais pautas relacionadas à defesa dos direitos humanos.



Um dos encontros foi com Felipe González – Comissionado da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, responsável pelo Brasil. Durante o encontro falaram sobre as representações e atuações dos defensores públicos brasileiros e sobre a alteração da Constituição Federal, com o reposicionamento da Defensoria como Instituição permanente brasileira responsável pela defesa dos direitos humanos.

Articulação e Direitos Humanos: Aproveitando as agendas, as dirigentes da ANADEP reuniram-se com diversas autoridades para tratar de pautas ligadas ao Brasil como: Representações apresentadas pela Defensoria Pública brasileira, notadamente a MC 103/10 (Privados de Liberdade nas Cadeias Públicas de MG); incêndio na Boate Canecão Mineiro (MG); presídio Urso Branco (Rondônia); unidade de Internação de Cariacica (ES) e Presídio Central (RS).

A atual diretoria também deixa um legado especial para a Defensoria Pública. Para marcar as três décadas de funcionamento da ANADEP, comemoradas em julho de 2014, a Associação Nacional lançou diversas publicações no final desta gestão.



O primeiro destaque foi para o e-book “Defensoria Pública: O reconhecimento constitucional de uma metagarantia”. A obra, organizada pela diretora da Escola Nacional dos Defensores Públicos (ENADEP), Adriana Burger, pelo defensor público do Pará, Sérgio Lima e pela presidente da ANADEP, Patrícia Kettermann, que também assinou o prefácio, foi lançada em março, durante o VIII Seminário da ENADEP, em Porto Alegre. Ao todo são 283 páginas. Os textos são divididos em nove capítulos: A promoção dos direitos humanos no Brasil; O papel da Defensoria Pública; A evolução dos direitos

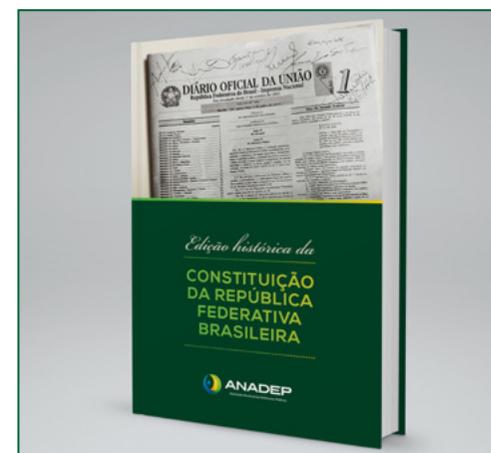
humanos - Da Gênese à apoteose brasileira com a Emenda Constitucional n.80/2014; Dogmas acusatórios em uma democracia (in) constitucional: A metagarantia da Defesa Pública e o Combate à Cultura corporativismo do medo; A Defensoria Pública e a defesa dos direitos das populações indígenas; A efetividade dos direitos humanos fundamentais por meio da novel instituição de promoção de justiça a Defensoria Pública; A assistência jurídica expansiva e as facetas da vulnerabilidade; Tráfico de drogas e Defensoria Pública: Um estudo à luz do direito internacional dos direitos humanos; Categorização: o modelo constitucional, o defensor público e o seu atuar (Ato de “Defensorar”); e Democratização do acesso à justiça.

Também em Porto Alegre, a ANADEP e Fórum Justiça lançaram o I Relatório Nacional de Atuações em prol das Pessoas e/ou grupos em Condição de Vulnerabilidade. A publicação foi construída a partir de práticas vivenciadas por defensores públicos em todo o país. O relatório teve a coordenação das defensoras públicas do Rio de Janeiro Patrícia Magno e Glauce Franco. O livro tem 127 páginas e é dividido em duas partes: Lineamentos preliminares e subsídios para reflexão e Relato das Experiências. Ao todo são 12 capítulos.

No dia 31 de março de 2015, logo após a solenidade de posse, serão lançados também o Memorial da Defensoria Pública Brasileira, reunindo textos que relatam histórias e estórias vivenciadas por defensores públicos aposentados, e a Constituição



Federal Histórica - material organizado pela ANADEP em comemoração à promulgação da EC 80/2014 que terá textos especiais de parlamentares como o deputado Mauro Benevides.



Há dois anos, o Clube de Vantagens ANADEP é um sucesso entre os associados da Entidade. A plataforma contém vários benefícios exclusivos nacionais e estaduais.

Uma das características do convênio é a diversidade de serviços que englobam vários setores como: hotelaria (disponibilidade de hotéis em vários estados brasileiros); serviço de beleza, com parceria com spa's, clínicas de estética e lojas de produtos de beleza; roupas e sapatos; eletro-eletrônicos; entretenimento; móveis e decoração; livraria e música; veículos e montadoras; serviços e seguros; escolas, faculdades e cursos; academias; pacotes de viagem; serviços de saúde e farmácia, entre outros.

Em novembro de 2014, por exemplo, a plataforma contabilizou 11.979 acessos. Cerca de 70% dos convênios foram avaliados com 3 estrelas. Entre os serviços mais procurados estão: 1º Tam Linhas aéreas; 2º Honda; 3º Hyundai; 4º Submarino.com; 5º Electrolux; 6º Panasonic; 7º Allié Hotéis; 8º Rede Blue Tree Hotéis; 9º Compra Certa; e 10º Hertz.



Reunidos em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) no dia 10 de fevereiro de 2015, na sede da ANADEP, dirigentes da Associação Nacional e representantes das associações estaduais aprovaram um conjunto de modificações que modernizam o Estatuto da Entidade. Uma minuta com algumas sugestões esteve à disposição dos associados na área restrita do site da ANADEP durante semanas que antecederam a reunião, para avaliação dos Defensores. Partindo dela, novas sugestões foram apresentadas e aplicadas ao documento, que foi votado e aprovado pelos presentes. O novo Estatuto amplia a participação dos Defensores Públicos recém ingressos na carreira, já que exclui a necessidade de cumprimento de estágio probatório para ser candidato à Associação Nacional.

Também merece grande destaque nas alterações estatutárias implementadas por esta gestão a transmissão online da Assembleia Geral Ordinária (AGO) de prestação de contas e eleições, com abertura de voto também através da rede mundial de computadores para todos os associados individuais.

Além disto, o novo Estatuto possibilita que os novos Defensoras e Defensores Públicos possam ser votados (e, portanto, componham a diretoria) mesmo que ainda não estáveis.





Dando seguimento à política de comunicação da ANADEP, em continuidade ao processo informativo já desencadeado desde o início da atual gestão, em 2013, a equipe de jornalismo buscou evoluir focando na disseminação, no mínimo espaço de tempo possível, das notícias envolvendo atividades da Entidade. Com o incremento nas redes sociais – Twitter e Facebook – foi feita ainda adesão também ao Instagram, e realizadas postagens diárias sistemáticas a cada evento promovido pela Associação. Especialmente nas atividades nos estados, com os seminários e AGEs itinerantes, foram produzidas centenas de notícias em tempo real, dando agilidade à informação no site e redes e possibilitando também o acesso por assessores das entidades estaduais a imagens e textos em um curto espaço de tempo.

A adoção desta nova estratégia jornalística, priorizando a divulgação no site da entidade e, através de hiperlinks, a disseminação imediata no Facebook, Twitter e até Youtube e Picasa (para vídeos e imagens) já registra uma resposta extremamente positiva, aproximando mais os assessores das entidades estaduais e trazendo incremento na quantidade de notícias enviadas para a ANADEP pelas assessorias. Também trouxe uma intensa participação dos assessores das entidades estaduais, com raríssimas exceções, na rotina da comunicação da ANADEP, de forma intensamente colaborativa, pulverizando imediatamente as notícias via redes sociais. A proposta é tornar a área de notícias do site da ANADEP uma seção dinâmica, confiável, de credibilidade e sempre atualizada, a exemplo dos principais sites de notícias online.

A coordenação de comunicação da ANADEP participou, ainda, prestando consultoria e como avaliadora, atuando na banca julgadora dos prêmios de Jornalismo realizados pelas associações de Defensores Públicos da Bahia, Minas Gerais e Distrito Federal; atuando ainda como fonte de orientação para o prêmio de Jornalismo promovido pela Defensoria Pública do Maranhão.

Redes: De um total de 2.700 amigos no Facebook em março de 2014, passamos agora para 3.766 registrados em março 2015. Nossa fan page registrou 2.000 curtidas em março de 2014,

e em março/2015 contabilizamos 3.092. Um crescimento que é resultado de uma atualização e acompanhamento diários, realizados pela equipe de jornalismo da Entidade. Importante frisar também o trabalho feito durante a tramitação da PEC Defensoria para todos, com especial campanha nas redes sociais e no relacionamento com os parlamentares para alertar sobre a importância da aprovação da matéria. Neste período, foram realizados twittaços e marcações dos senadores, deputados e líderes em momentos estratégico.

A Comunicação da ANADEP buscou ainda o engajamento em campanhas sociais como o Outubro Rosa e Novembro Azul, além de marcar datas importantes relacionadas com a Campanha Nacional sempre que ocorreram, como Dia Nacional do Idoso, Dia de combate à violência doméstica, Dia das crianças, entre outras datas temáticas.

Inserções na mídia: Como uma de suas principais atividades, a equipe de comunicação da ANADEP viabilizou a inserção de representantes da Entidade e defensores públicos de diversos estados como fontes para inúmeras reportagens na grande imprensa, voltadas para assuntos vinculados à atuação da Defensoria Pública, procurando sempre um espaço para destacar seus pleitos e a importância do serviço oferecido pela Instituição. Entre alguns exemplos que merecem destaque: reportagens sobre as campanhas nacionais da Entidade e de

valorização dos Defensores; entrevistas pontuais a respeito de temas diretamente relacionados ao atendimento à sociedade; reportagem divulgando Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade; artigos especializados publicados no Blog do Fred, da Folha de S.PAULO, enfocando a necessidade de investimento na Defensoria Pública a partir da análise do Relatório Justiça em Números lançado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ainda a comunicação da ANADEP intermediou inserção de extensa reportagem na GloboNews, por ocasião da promulgação da EC 80, com entrevista exclusiva da presidente da ANADEP, Patrícia Kettermann, além de produzir, orientar e intermediar entrevistas para reportagem veiculada no Programa Bom Dia Brasil, da Rede Globo, sobre o panorama das defensorias públicas e sua atuação no país.

Vale lembrar também que a ANADEP, durante os últimos dois anos, foi a principal fonte do Programa "Justiça na Tarde", veiculado pela Rádio Justiça, registrando ao menos uma participação semanal com os dirigentes da Associação Nacional falando sobre eixos de atuação da Defensoria e sobre o papel do defensor público.





26/08/2014 - 15:19

#DefensoriaSim: Rádio Senado apresenta especial sobre Defensoria Pública

Fonte: Assem ANADEP *Com informações ASCOM/Rádio Senado Estado: DF



Um dos destaques será a veiculação do spot da Campanha Nacional da ANADEP "Defensor Público: transformando a causa de um em benefício de todos".

Na próxima sexta-feira (29), a partir das 18h, a Rádio Senado FM apresentará o especial

A GARANTIA DA LEI PARA TODOS

É muito preocupante o fato de que somente 59% dos cargos de defensor público estão providos, cobrindo apenas 28% das comarcas brasileiras, o que representa um déficit de mais de dez mil defensores públicos.

É muito preocupante o fato de que somente 59% dos cargos de defensor público estão providos, cobrindo apenas 28% das comarcas brasileiras, o que representa um déficit de mais de dez mil defensores públicos.

Informativo da Associação Nacional dos Defensores Públicos Nº - 19 de dezembro de 2014



RETROSPECTIVA 2014 ANADEP 30

Mensagem da Presidente

2014 foi um ano de avanços gigantes para a Defensoria Pública e para o trabalho associativo. A partir de uma atuação estrategicamente definida em

JORNAL DA CÂMARA

BRASÍLIA-DF, QUINTA-FEIRA, 20 DE FEVEREIRO DE 2014 CÂMARA DOS DEPUTADOS Ano 16 | Nº 3146

Aprovada PEC que aumenta número de defensores públicos



A Câmara poderá votar o segundo turno da proposta de emenda à Constituição depois de decorridas cinco sessões do Plenário

quarta-feira, 27 de maio de 2014 Diário Oficial Poder Executivo - Seção I São Paulo, 124.001 - 8

Envelhecimento ativo com sabedoria

Defensoria Pública promove evento para dar orientação sobre direitos dos idosos no Largo São Bento, na capital



Defensoria Pública do Estado de São Paulo promoveu, no centro da capital, para orientar idosos sobre seus direitos

22/07/2014 - 15:40

#DefensoriaSim: Presidente da ANADEP fala à Rádio Justiça sobre acesso à saúde

Fonte: Assem ANADEP Estado: DF





ANADEP

Associação Nacional dos Defensores Públicos

SCS Quadra 01 | Bloco M | Ed. Gilberto Salomão | Conj. 1301 | Brasília/DF

Tel | Fax: +55 61 3963 1747 | 3039 1763

anadep.org.br